



*BOLETIM
ECONÔMICO*
NUPE - UNIFOR

Vol. 1, N. 5, setembro/2020 #5



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO **NUPE - UNIFOR**

Vol. 1, N. 5, setembro/2020 #5

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Henrique Luis do Carmo e Sá

Profa. Danielle Coimbra

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e
Gestão - CCG UNIFOR

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de
Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Francisco Alberto Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo
de Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Maurício Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Ricardo Eleutério

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas. O Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará.

O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa edição de setembro de 2020, na seção Opinião, marca a presença feminina no Boletim. A Economista Silvana Parente, Doutora em Economia pela Universidade Autônoma de Madri e Vice-Presidente do Conselho Regional de Economia-CE, escreve sobre a “Mulher Economista no Mundo do Trabalho”, em que, dentre outras abordagens, avalia as diferenças de concepções entre homens e mulheres Economistas sobre alguns importantes temas econômicos da atualidade.

O Boletim reporta também, como destaque, o Cenário Econômico para o estado do Ceará projetado pelo NUPE para os anos de 2020 e 2021, após as medidas iniciais de flexibilização adotadas pelo governo do estado.

Completam esta edição, o novo cenário da economia mundial já considerando o afrouxamento das medidas de contenção do covid-19 pela maioria dos países; avaliação da evolução do PIB setorial brasileiro; e comentários sobre os indicadores econômicos de conjuntura: Inflação; Taxa de juros; Taxa de Câmbio; e Taxa de desemprego.

Boa Leitura!

OPINIÃO

MULHER ECONOMISTA NO MUNDO DO TRABALHO

Silvana Parente¹

No Brasil como em diversas partes do mundo, a participação da mulher no mercado de trabalho vem se ampliando. Um dos fatores foi a o aumento da escolaridade feminina em todos os níveis. Elas já são a maioria no ensino superior com 39,4% das mulheres acima de 25 anos, contra 27,7% de homens graduados. Entretanto, em todas as faixas de escolaridade e ocupação as mulheres ganham menos que os homens. No Brasil, o salário médio das mulheres em todas as ocupações formais e informais é 22% menor que o dos homens. 60% dos cargos de chefia ou gerência são ocupados por homem contra 40% pelas mulheres (IBGE-PNADC/DIEESE). No Brasil, apenas 13% das empresas têm CEOs mulheres, e elas ocupam apenas 16% dos cargos em conselhos de administração (Insper).

E sobre a mulher economista, qual a sua participação e contribuição no mundo econômico? Segundo o Conselho Federal de Economia, 26,8% dos registros profissionais no Brasil são de mulheres. A participação feminina cai conforme a formação acadêmica avança. As mulheres respondem por 43% de formandos nos cursos de graduação em Economia, 36% no mestrado e 32% no doutorado. Dentro do quadro docente, professoras economistas com tempo integral são apenas 25%.

A baixa presença de mulheres economistas faz com que o próprio campo de reflexão da ciência econômica seja afetado. De acordo com artigo de May, Kucera e Mcgarvey (2018) publicado em uma revista do FMI, existem diferenças de concepções entre mulheres e homens economistas quanto a alguns temas da Economia. Uma das maiores disparidades ocorre em termos de percepção sobre a relação entre o Estado e o Mercado. Os homens, na média, priorizam soluções de mercado e as mulheres uma maior intervenção estatal, especialmente no que diz respeito à legislação de proteção trabalhista. Outra diferença está na percepção sobre a questão ambiental. Mulheres economistas defendem explicitamente a incorporação de variáveis ambientais e políticas ativas como taxaço para reduzir emissão de carbono, estímulo para energia renovável e banir completamente a produção de sementes transgênicas. Existe ainda diferenças entre prioridades na alocação de orçamento público, com mulheres reprovando gastos militares elevados, e diferenças em metodologias de ensino, com mulheres economistas defendendo a multidisciplinaridade na formação acadêmica mais do que os homens.

As razões para a baixa presença de mulheres economistas são diversas, desde a dupla jornada de trabalho diante dos afazeres domésticos, como o preconceito enraizado frente às mulheres em geral e notadamente no meio acadêmico e no mercado financeiro, onde predominam a economia neoclássica.

Diante de uma reflexão heterodoxa e crítica ao modelo econômico hegemônico, precisamos de mais mulheres economistas seja no setor público ou privado, para que a ciência econômica possa ser mais rica e propositiva.

O No Brasil, o salário médio das mulheres em todas as ocupações formais e informais é 22% menor que o dos homens.

1. Doutora em Economia pela Universidade Autônoma de Madri, Especialista em Desenvolvimento Regional pelo MIT e em Microfinanças por Harvard, Vice-presidente do CORECON-CE

1. CENÁRIO MUNDIAL

Economia mundial dá sinais de recuperação, e a queda em 2020 será menor do que a esperada. É isso que mostram as previsões econômicas divulgadas em caráter provisório no Relatório Perspectivas Econômicas de setembro de 2020 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Alavancado pelo afrouxamento das medidas de contenção do covid-19 adotado pela maioria dos países, o consumo das famílias em bens duráveis aumentou substancialmente. No entanto, o ímpeto não foi o mesmo quanto ao consumo de serviços em razão da proximidade das pessoas, que acontece com a maioria dos serviços prestados. Pelo lado da produção a reação foi muito tímida na maioria dos países de economias exportadoras, reflexo da queda no comércio internacional de mercadorias, que segundo as estatísticas de comércio internacional da Organização Mundial do Comércio – OMC diminuíram 14,3% no segundo trimestre de 2020 em comparação com o período anterior.

Conforme tabela a seguir, com projeções que pressupõem ainda surtos esporádicos do Coronavírus, porém com medidas de contenção mais brandas, a OCDE projeta uma queda de – 4,5% no PIB mundial em 2020 (1,5 pontos percentuais menor do que a previsão de junho) e um crescimento de 5,1% em 2021. Embora a queda no PIB em 2020 esteja abaixo da esperada, esse resultado foi fortemente influenciado pela revisão para cima dos resultados das maiores economias do mundo quando comparadas com a previsão da OCDE no relatório de junho, como mostra a Tabela 1 a seguir: Estados Unidos(+3,5%), China(+4,4%), Japão(+0,9%), Reino Unido(+1,4%) e países da zona do Euro(+1,2%).

Tabela 1 - Variação do PIB Real (%) – Mundo, Região e países Selecionadas – 2019 a 2021.

Região/País	2019	2020		2121	
		Previsão em Set/2020 (%)	Diferença em relação à Previsão de Jun/2020 (p.p.)	Previsão em Set/2020 (%)	Diferença em relação à Previsão de Jun/2020 (p.p.)
Mundo	2,6	-4,5	1,5	5,0	-0,2
Área do Euro	1,3	-7,9	1,2	5,1	-1,4
Estados Unidos	2,2	-3,8	3,5	4,0	-0,1
China	6,1	1,8	4,4	8,0	1,2
Japão	0,7	-5,8	0,2	1,5	-0,6
Reino Unido	1,5	-10,1	1,4	7,6	-1,4

Fonte: OECD *Economic Outlook, Interim Report September 2020*. Elaboração: Nupe/Unifor.

2. CENÁRIO NACIONAL

No segundo trimestre de 2020, com relação ao mesmo período de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 11,4% (Quadro 1), registrando a maior queda da série calculada pelo IBGE a partir do ano de 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. No acumulado do ano, referente ao primeiro semestre de 2020, em comparação com igual período do ano anterior, registrou-se retração de -5,9%. Em relação ao comportamento dos setores da economia, na comparação interanual do segundo trimestre de 2020, houve crescimento na Agropecuária (+1,2%) e fortes quedas na Indústria (-12,7%) e Serviços (-11,2%).

A Despesa de Consumo das Famílias apresentou contração de -13,5%, na comparação com o segundo trimestre de 2019, índice que representa a maior queda registrada na série histórica. Este foi

o segundo resultado negativo desta comparação após 11 trimestres de avanço, sendo explicada pela redução da massa salarial e das incertezas perante ao comportamento da economia neste período mais intenso da pandemia, o que levou a maior parte das famílias a concentrarem os seus gastos apenas em consumo de produtos essenciais, como alimentos e remédios, e de serviços essenciais como água e energia residenciais.

A Formação Bruta de Capital Fixo, no qual retrata o comportamento dos Investimentos, recuou -15,2% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. A queda é justificada pelos resultados negativos registrados tanto na produção interna de bens de capital quanto na construção civil. A Despesa de Consumo do Governo teve queda de 8,6% em relação ao segundo trimestre de 2019, dada a redução da oferta de serviços públicos por conta do isolamento social. No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 0,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram -14,9% no segundo trimestre de 2020.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda – Brasil – 2º Trimestre de 2020.

Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
2º Trimestre de 2020/ 1º Trimestre de 2020 (%)	0,4%	-12,3%	-9,7%	-9,7%	-15,4%	-12,5%	-8,8%	1,8%	-13,2%
2º Trimestre de 2020/ 2º Trimestre de 2019 (%)	1,2%	-12,7%	-11,2%	-11,4%	-15,2%	-13,5%	-8,6%	0,5%	-14,9%
1º Semestre de 2020/ 1º Semestre de 2019 (%)	1,6%	-6,5%	-5,9%	-5,9%	-5,7%	-7,1%	-4,4%	-0,8%	-5,0%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,5%	-2,5%	-2,2%	-2,2%	-2,1%	-2,5%	-2,4%	-2,8%	-1,8%
Valores Correntes no 2º Trimestre de 2020 (R\$)	125,4 bilhões	287,5 bilhões	1,1 trilhão	1,7 trilhão	247,5 bilhões	1,0 trilhão	370,2 bilhões	324,3 bilhões	264,3 bilhões

Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 2º Trimestre de 2020 = 15,0%

Taxa de Poupança (Poup/PIB) no 2º Trimestre de 2020 = 15,5%

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

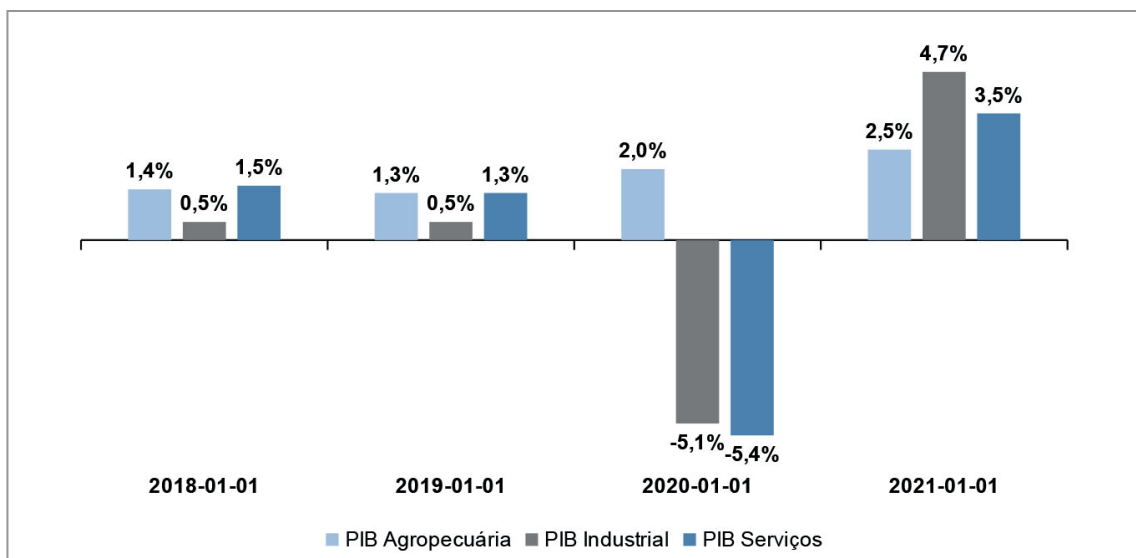
Os PIB's dos setores produtivos da economia brasileira têm apresentado taxas de crescimento pífias nos últimos anos, como mostram os resultados dos anos de 2018 e 2019 do Gráfico 1 a seguir. A variação do PIB real para os três setores foram, respectivamente, para 2018 e 2019: serviços: +1,5% e +1,3%; agropecuária: +1,4% e 1,3%; e indústria: +0,5% e +0,5%.

Segundo as previsões, a variação do PIB setorial em 2020 apresenta uma forte contração para os setores de serviços (-5,4%) e indústria (-5,1%). Nessa conjuntura de recessão provocada pela crise sanitária, destaca-se o setor agropecuário com um crescimento previsto de +2,0% para 2020. Conforme a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, a previsão crescimento do PIB para o setor em 2020 é explicado pela alta de +6,5% esperada para a produção de soja, que corresponde a um percentual em torno de 26% do PIB agropecuário brasileiro, de 15,4% para o Café (4,8% do PIB agropecuário) e de 0,8% para cana-de-açúcar (10% do PIB agropecuário), que

compensarão a contração prevista na produção da maioria dos outros produtos agrícolas. A previsão para o crescimento do PIB da Pecuária é de +2,0% (25% do PIB agropecuário). Vale ressaltar, que a produção agropecuária é responsável por cerca de 5,0% do resultado total do PIB, explicando assim o reduzido impacto do setor no resultado do PIB brasileiro.

As expectativas da variação do PIB setorial para 2021 mostram uma recuperação muito tímida da economia brasileira considerando a queda em 2020 e as reduzidas taxas de crescimento dos anos anteriores. As previsões de crescimento para os três setores: aumento de +4,7% para o setor indústria, +3,5% para o setor de serviços e +2,5% para o setor agropecuário.

Gráfico 1 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) – 2018 a 2021.



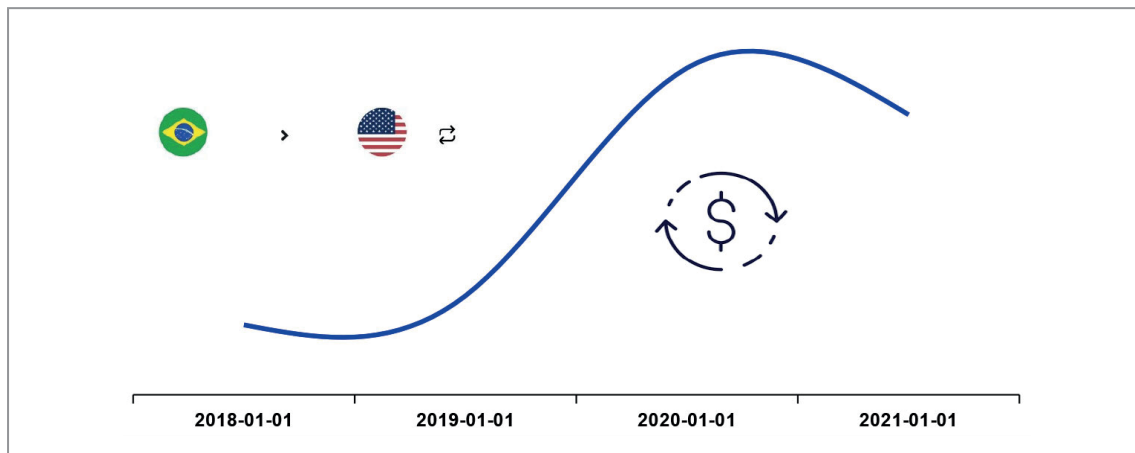
Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em relação ao comportamento da taxa de câmbio (Gráfico 2), desde março de 2020, a moeda brasileira vem acumulando constantes depreciações em relação ao dólar americano, levando o Real a estar entre as moedas mais desvalorizadas do mundo em 2020. Este comportamento recente de desvalorização do Real vem favorecendo as exportações brasileiras, ainda que os efeitos da pandemia da Covid-19 afetem as exportações na direção contrária. Para o final do ano de 2020, segundo o relatório Focus/Bacen, a projeção do câmbio se mantém em R\$ 5,25, resultado bem acima do verificado para o final de 2019, quando registrou-se um câmbio de

Além da crise do novo Coronavírus outros fatores contribuem por essa continuidade no desempenho negativo da moeda brasileira como o aumento da dívida pública e a instabilidade política que está afastando investidores, desestabilizando o mercado nacional.

Além das condições específicas da econômica brasileira vale ressaltar que, na verdade, a perda de força perante o dólar não é uma exclusividade do real, mas uma perspectiva ainda latente para as moedas dos países emergentes, dado que, diante da persistência de cenários menos otimistas na economia mundial, os investidores continuam priorizando a segurança. Nesse contexto, a migração dos recursos para os *bonds* do tesouro americano, reconhecidos como de baixíssimo risco, continua sendo a estratégia preferida pelos gestores de investimento, aquecendo a demanda por dólar e, conseqüentemente, elevando sua cotação frente às demais moedas.

Gráfico 2 - Taxa de Câmbio (fim de período) – 2018 a 2021.

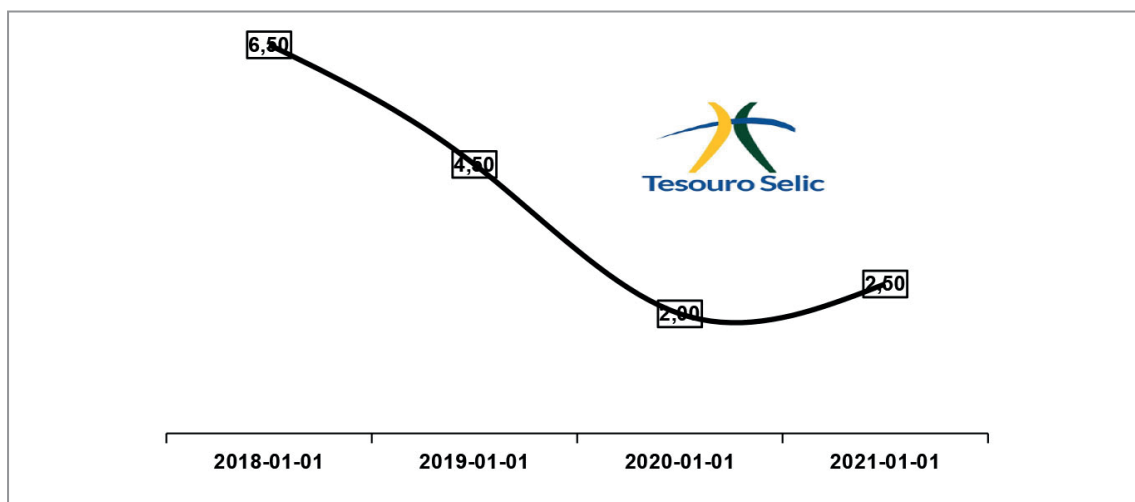


Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Na análise da taxa de juros SELIC, segundo o Gráfico 3, no período 2018-2020 nota-se que a taxa básica de juros brasileira teve considerável queda, atingindo, em agosto de 2020, a mínima histórica, de 2,00%, mantendo este valor como previsão para o final do ano de 2020, segundo o relatório Focus do Bacen. A aceleração do corte na Selic ocorreu devido aos impactos da Covid-19, que reduziram o consumo das famílias, a produção industrial e os investimentos privados, e conseqüentemente o crescimento econômico. Tais efeitos influenciaram o Banco Central na adoção de políticas monetárias expansionistas. Adicionalmente, seja no curto prazo, seja no horizonte dos próximos três exercícios, as diversas medidas de inflação apontam para o cumprimento das metas inflacionárias, com expectativas oscilando entre 1,9% em 2020 e 3,5% em 2022, reduzindo a pressão sobre a política de juros.

Contudo, é esperado um crescimento moderado da taxa de juros para o final do ano de 2021 como resultado da ação do Banco Central no confronto de dois conjuntos de forças que podem afetar as expectativas de inflação: de um lado, a recuperação da economia em ritmo mais lento do que o esperado, e de outro o efeito das políticas governamentais de incentivo na demanda agregada, provocando uma expectativa inflacionária mais elevada, dando fim ao ciclo de cortes e manutenções na Selic que é aplicada desde 2016 pelo BACEN.

Gráfico 3 - Taxa Selic – Meta – Fim de Período (% a.a.) – 2018 a 2021.



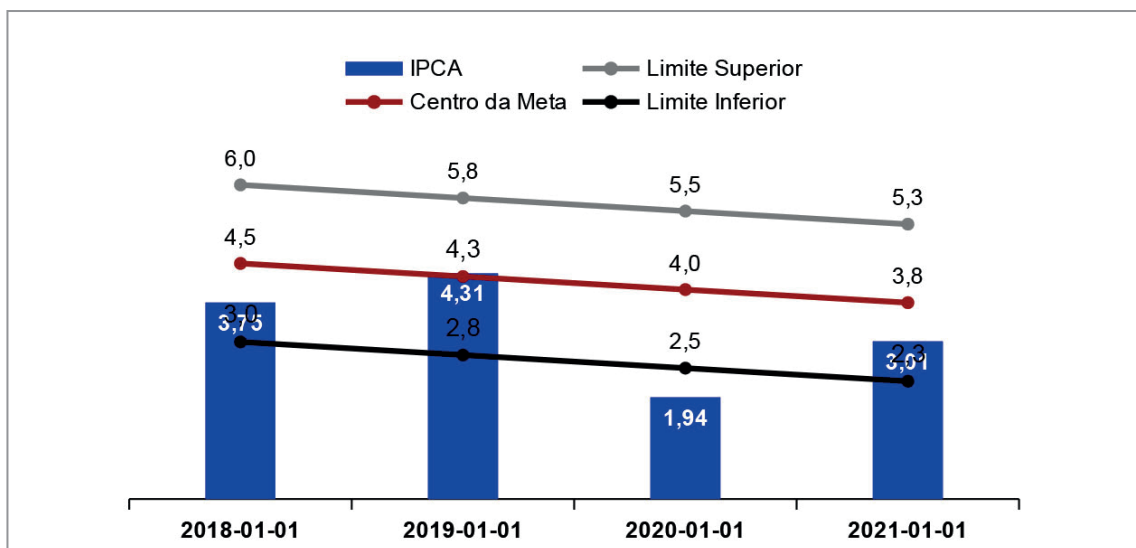
Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

A previsão do índice de inflação IPCA para o ano de 2020, é de 1,94%, bem abaixo dos valores verificados para os anos de 2018 (3,75%) e 2019 (4,31%), como pode-se observar no Gráfico 4. Mesmo com inflação baixa no decorrer do ano de 2020, os preços de alguns itens de alimentos que pertencem a cesta do índice registraram um forte avanço, sendo explicado pelo aumento da demanda por alimentos a partir da renda obtida pelos trabalhadores informais com o auxílio emergencial, dado que a maior parte da cesta de consumo destes é de alimentos.

O salto do índice IPCA para 3,01%, na previsão para o ano de 2021, é explicado pelo real avanço das pesquisas sobre a vacina contra Covid-19, possibilitando uma recuperação gradual da economia doméstica e global, gerando um aumento inflacionário causada pelo aumento da demanda de bens e serviços a partir do reaquecimento da economia.

Apesar da alta transitória dos alimentos e da ligeira aceleração inflacionária prevista para o ano de 2021, e de acordo com a Ata da última reunião do Copom (setembro/2020), o IPCA atingirá nível compatível com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária.

Gráfico 4 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias – 2018 a 2021.



Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

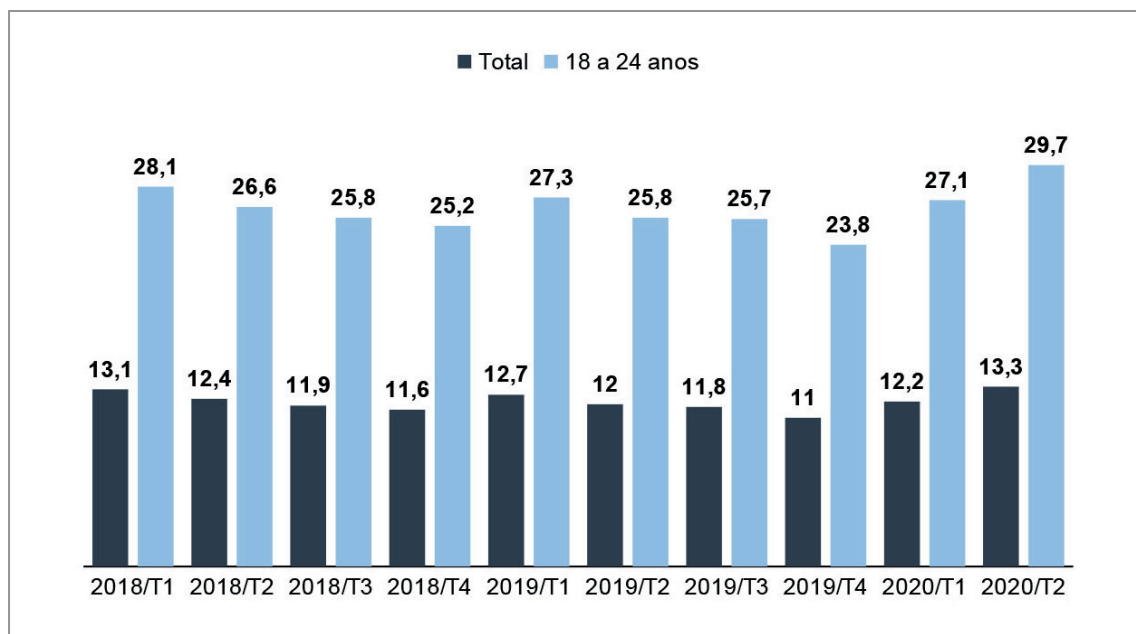
Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, para o Brasil, no segundo trimestre de 2020, verifica-se que a taxa de desemprego foi de 13,3%, acréscimo de 1,3 pontos percentuais (p.p.) em relação ao que foi registrado no segundo trimestre de 2019, quando verificou-se uma taxa de 12,0% (Gráfico 5).

Além disso, a pandemia da Covid-19 impactou diretamente a taxa de participação na força de trabalho, a qual é registrado o menor percentual da série iniciada em 2012, com 55,3% da população em idade para trabalhar que faz parte do grupo de pessoas economicamente ativa. No Brasil, a taxa sempre foi próxima de 62%. A baixa participação na atividade econômica, que é reflexo da diminuição da população economicamente ativa devido as medidas de isolamento social, contribuiu para que a taxa de desemprego não disparasse no 2º trimestre de 2020.

No que tange a taxa de desemprego da população entre 18 a 24 anos, no segundo trimestre de 2020 (29,7%), ao confrontar com o mesmo período de 2019 (25,8%), nota-se um aumento de 4 p.p., sendo retrato do impacto da pandemia no mercado de trabalho para os jovens da faixa de 18 a 24 anos. Percebe-se que o valor do mesmo apresentava uma queda a longo do ano de 2019 e fica evidente a tendência de crescimento a partir do primeiro trimestre de 2020, onde se deu início do processo de isolamento social no Brasil ao final do mês de março.

De acordo com o Relatório de Inflação de setembro de 2020, divulgado pelo Banco Central, apesar da recuperação recente mais rápida, embora heterogênea da atividade econômica, o mercado de trabalho não apresenta uma trajetória clara de retomada, o que dificultará a recuperação da economia, notadamente quando forem sendo gradativamente retirados os estímulos monetários e fiscais.

Gráfico 5 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) – 2018 a 2020.



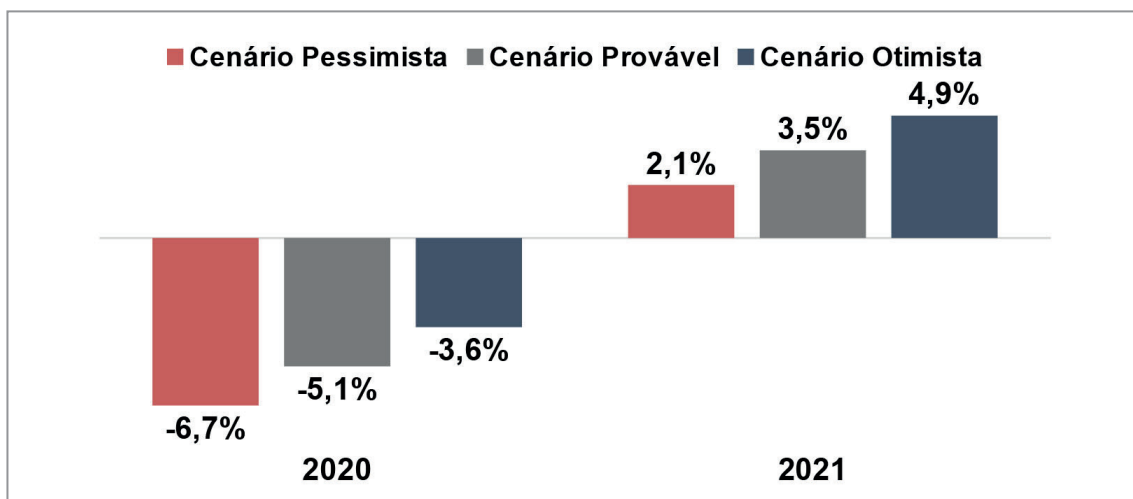
Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, pode-se verificar, de acordo com o Gráfico 6, que houve melhora em todos os cenários para o ano de 2020, apesar ainda das fortes retrações verificadas, quando comparados aos cenários apresentados no 3º Boletim Econômico NUPE - Unifor de julho de 2020². Para o cenário favorável a queda prevista é de -5,1%, sendo um ponto percentual maior do que o registrado em julho de 2020 (-6,5%). Para os cenários pessimista e otimista as quedas registradas são -6,7% e -3,6% respectivamente, apresentando uma dispersão menor em relação aos resultados anteriores (-9,1% e -3,9%). Esta melhora recente das perspectivas para o ano de 2020 é explicado em grande parte pelo efeito positivo do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal e destinado aos trabalhadores de baixa renda que se enquadram em uma das seguintes categorias: informais, autônomos, desempregados ou microempreendedores individuais (MEI). A injeção de renda na economia favoreceu ao aumento do consumo de produtos e serviços essenciais, dinamizando a cadeia produtiva e amenizando os efeitos negativos causados pela pandemia da Covid-19.

Para 2021, espera-se uma retomada do crescimento da economia brasileira, com um aumento de +3,5% para o cenário provável, podendo atingir +4,9% no cenário otimista e um crescimento menor, de +2,5%, para o cenário pessimista.

² Disponível em: https://www.unifor.br/documents/20143/703914/Boletim_NUPEN_3_julho2020.pdf/715c04b9-283e-5b44-4118-9445df27b619

Gráfico 6 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) – Brasil – 2020 a 2021.



Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor

3. CENÁRIO LOCAL

No segundo trimestre de 2020 com relação ao mesmo período de 2019, o PIB da economia cearense apresentou uma retração de -14,55% (Tabela 2). No resultado do acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2020, observa-se uma queda de -7,58%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres verifica-se um decréscimo de -2,72%.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do segundo trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, pode-se verificar que os efeitos negativos da pandemia afetaram fortemente os setores da indústria (-33,05%) e dos serviços (-13,68%), sendo explicado pelas interrupções das atividades econômicas destes setores, durante a maior parte do decorrer do 2º trimestre de 2020, em decorrência do isolamento social para a contenção da pandemia. Em direção contrária, o setor da agropecuária apresentou um crescimento de +18,88%, dado que este setor, por ser eminentemente essencial, não apresentou interrupções em suas atividades econômicas, além de ter sido beneficiado por uma boa quadra invernal ocorrida no primeiro semestre de 2020.

Tabela 2 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 2º Trim.2019 a 2º Trim. 2020 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2019 (**)	3º Trim. 2019 (**)	4º Trim. 2019 (**)	1º Trim. 2020 (**)	2º Trim. 2020 (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	-3,68	-0,63	7,57	0,7	18,88	12,16	6,17
Indústria	3,42	3,31	12,14	-0,63	-33,05	-17,08	-6,77
Extrativa Mineral	-10,41	-4,56	-7,39	-9,77	-85,83	-49,27	-17,62
Transformação	4,35	-0,26	3,44	-0,44	-40,96	-21,21	-9,36
Construção Civil	5,53	2,8	7,68	5,2	-20,15	-7,81	-5,79
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	0,03	12,12	40,4	-8,04	-26,76	-17,18	-0,89

Serviços	1,83	1,57	2,49	-0,13	-13,68	-7,02	-2,63
Comércio	5,61	3,29	5,25	-1,39	-24,01	-13	-5,9
Alojamento e Alimentação	1,48	0,83	-0,07	1,14	-12,35	-5,59	0,22
Transportes	3,14	1,02	1,92	0,29	-20,87	-10,27	-2,03
Intermediação Financeira	1,63	1,61	4,61	-0,22	-14,86	-7,75	-4,02
Administração Pública	-0,22	0,81	-0,7	0,13	-6,11	-3,01	-1,14
Outros Serviços	-2,14	-1,66	-1,49	3,31	-2,47	0,42	-1,05
Valor Adicionado (VA)	1,65	1,61	4,46	-0,21	-14,78	-7,7	-2,75
PIB	1,67	1,61	4,27	-0,22	-14,55	-7,58	-2,72

Fonte: IPECE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

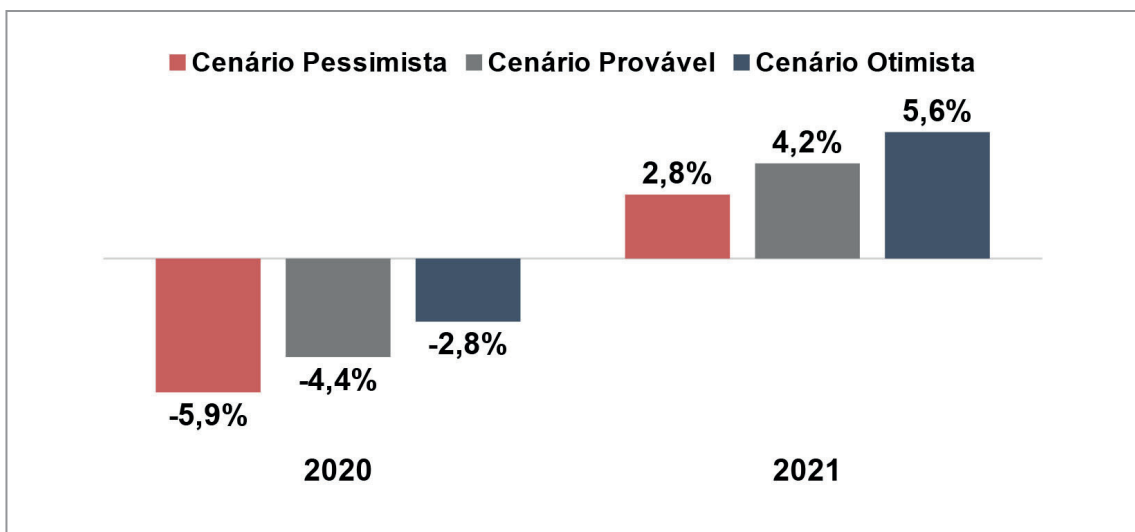
(**) Em comparação ao mesmo período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

De acordo com o comportamento recente do PIB do Ceará, e sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense em 2020 e 2021, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A previsão do PIB cearense para o ano de 2020, num cenário mais provável, é de uma retração de -4,4%, registrando uma queda menor do que a economia nacional para o mesmo cenário (-5,1%), dado que o processo de reabertura da economia cearense está ocorrendo de forma gradual, responsável e sem apresentar retrocessos. Mesmo no cenário mais otimista a previsão ainda é de uma variação negativa (-2,8%). Já no cenário mais pessimista, a previsão é de uma retração mais intensa (-5,9%).

Para o ano de 2021, há uma previsão de retomada do crescimento da economia cearense comportamento explicado em grande parte pelo equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado no qual irá permitir a execução dos grandes investimentos públicos estruturantes planejados, afetando de forma positiva uma grande quantidade de atividades econômicas cearenses ligadas a cadeia de produção da construção civil, aumentando a produção e conseqüentemente a massa salarial e a arrecadação de tributos. No cenário provável, a expectativa é de uma expansão de +4,2%, no cenário mais pessimista, um crescimento de +2,8%, enquanto, para o cenário otimista, espera-se um aumento de +5,6%, recuperando boa parte das perdas econômicas ocorridas em 2020.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real – Ceará – 2020 a 2021.



Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

Autores(Alunos):

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine dos Santos Rodrigues
Halina Lima Batista de Sousa
Mateus Pereira de Almeida
Max William Oliveira da Veiga Pessoa
Pedro Costa de Castro Ivo



**Universidade
de Fortaleza**

